

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL

MARIO GUILHERME DE OLIVEIRA

**ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA: UM ESTUDO SOBRE OS ANOS FINAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL NA CIDADE DE BARREIROS - PE (2024)**

RECIFE - PE

2025

MARIO GUILHERME DE OLIVEIRA


**ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA: UM ESTUDO SOBRE OS ANOS FINAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL NA CIDADE DE BARREIROS - PE (2024)**

Relatório técnico para apresentação de produto à Banca de Defesa do Mestrado Profissional em História, da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Nascimento de Souza.


MARIO GUILHERME DE OLIVEIRA

**ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA: UM ESTUDO SOBRE OS ANOS FINAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL NA CIDADE DE BARREIROS - PE (2024)**

Documento assinado digitalmente
 **LEANDRO NASCIMENTO DE SOUZA**
Data: 23/09/2025 10:20:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Leandro Nascimento de Souza - UNICAP

Orientador

Documento assinado digitalmente
 **THIAGO NUNES SOARES**
Data: 23/09/2025 13:59:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Thiago Nunes Soares - UPE

Avaliador Externo

Prof. Dr. Alexandre Bittencourt Leite Marques - UNICAP

Avaliador Interno

Recife, 9 de maio de 2025

O48e Oliveira, Mario Guilherme de.
Ensino de história indígena: um estudo sobre os anos finais do ensino fundamental na cidade de Barreiros - PE (2024) / Mario Guilherme de Oliveira, 2025.
45 f. : il.

Orientador: Leandro Nascimento de Souza.
Relatório técnico (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em História. Mestrado Profissional em História, 2025.

1. História - Estudo e ensino. 2. Indígenas - Educação.
3. Ensino fundamental. 4. Indígenas - Usos e costumes.
5. Brasil - Influências indígenas. 6. Barreiros (PE). I. Título.

CDU

372.893

Luciana Vidal - CRB4/1338

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força, sabedoria e coragem ao longo dessa jornada, guiando em cada passo e me sustentando nos momentos mais desafiadores.

Aos meus amigos, que sempre estiveram ao meu lado e incentivaram a seguir em frente, em especial, Mariana Prudente, Rita de Cássia, Salatiel Camarão, Isabela Nunes, Mônica Dias e Taissa Bastos pela amizade e apoio que me motivaram a nunca desistir, sempre ensinando sobre a Historiografia.

À Noemy Suellem, alicerce durante todo esse processo, sempre oferecendo amor, paciência e compreensão nos momentos em que mais precisei.

Ao meu primeiro orientador, Prof. Dr. Paulo Henrique Fontes Cadena, por ter acreditado em mim, desde o início, e me conduzido com orientação precisa e incentivo contínuo.

Ao meu segundo orientador, Prof. Dr. Leandro Nascimento de Souza, por ter compartilhado vasto conhecimento e a orientação fundamental ao aprimoramento deste trabalho.

Ao coordenador do curso, Prof. Dr. Helder Remigio, pelo apoio institucional e oportunidades oferecidas a fim de desenvolver este estudo.

Aos funcionários da instituição, cuja dedicação e disposição sempre contribuíram para que tudo corresse de forma eficiente e tranquila.

Ao meu amigo e irmão Prof. Me. Álvaro Gabriel dos Santos Pinho, pela amizade e conversas que ajudaram a manter foco e equilíbrio durante a trajetória, além do incentivo para adentrar a esse ramo, jamais desistir desse sonho.

Ao meu amigo e irmão Lucas Daniel da Silva, por ensinar e explicar a Gramática que pode ser utilizada de forma sabia e complexa, extraíndo-me de meu ser, lapidando a mais bela criatividade literária escrita.

À minha tia, Inajan Antônia Marcionila, pelo carinho e sempre acreditar no meu potencial, tendo proporcionado iniciar o mestrado.

Expresso profunda gratidão ao professor Mauro Fernando Albino da Silva, coordenador pedagógico da escola onde atuo, pelo incentivo, escuta atenta, diálogos. Seu apoio e orientação foram fundamentais para conciliar demandas profissionais e construção dessa escrita.

Agradeço de coração à Irmã Antonia e à Irmã Jailma, diretoras do colégio onde este produto foi aplicado, por abrirem as portas da instituição com generosidade e confiança. Seu compromisso com a Educação inspirou este projeto e tornou possível sua realização. Muito obrigado pelo acolhimento e suporte ao longo da caminhada.

A todos, o meu mais sincero agradecimento.

RESUMO

Essa pesquisa visa analisar a aplicação da temática indígena na disciplina de História, nos anos finais do Ensino Fundamental, com foco na valorização da cultura e das narrativas nativas, tomando como estudo de caso o Município de Barreiros - PE. A escrita busca investigar como o ensino de História Indígena é tratado nas escolas e quais metodologias são adotadas visando valorizar as diferenças, promover a abordagem crítica e consciente. Foram observadas as práticas pedagógicas, materiais didáticos utilizados e formação dos docentes, buscando identificar desafios e avanços à integração das contribuições dos povos indígenas na formação da História Brasileira. Apesar dos avanços, persistem desafios significativos na superação de estereótipos e na valorização do conhecimento indígena. Autores como Ailton Krenak, Edson Hely Silva e João Pacheco de Oliveira fundamentam a análise, apontando caminhos para a construção da educação que reconheça a resistência e a vivacidade das culturas indígenas. O estudo destaca a necessidade do currículo que promova a pluralidade e ruptura com visões homogêneas, além de propor o desenvolvimento de um jogo de cartas como produto educacional, voltado à imersão dos estudantes na temática indígena, com base nas pesquisas realizadas e conteúdo abordado.

Palavras-chave: Ensino de História. História Indígena. Ancestralidade. Barreiros -PE.

ABSTRACT

This research aims to analyze the application of Indigenous themes in History in the final years of elementary school, focusing on the appreciation of Native culture and narratives, using the municipality of Barreiros, Pernambuco, as a case study. The study aims to investigate how Indigenous history is taught in schools and what methodologies are adopted to value differences and promote a critical and conscious approach. Pedagogical practices, teaching materials used, and teacher training were studied, seeking to identify challenges and advances in the integration of Indigenous peoples' contributions to the formation of Brazilian history. Despite these advances, significant challenges remain in overcoming stereotypes and valuing Indigenous knowledge. Authors such as Ailton Krenak, Edson Hely Silva, and João Pacheco de Oliveira inform the analysis, pointing to paths for building an education that recognizes the resilience and vibrancy of Indigenous cultures. The study highlights the need for a curriculum that promotes plurality and a break with visual visions, in addition to providing the development of a card game as an educational product, highlighting student participation in indigenous themes, based on the research conducted and the content covered.

Keywords: History Education. Indigenous History. Ancestry. Barreiros - PE.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	19
3. DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO	26
4. APRESENTAÇÃO DO PRODUTO	27
5. APLICAÇÃO DO PRODUTO	36
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
7. LISTAGEM DOS ACERVOS E FONTES	42
1. APÊNDICE.....	47

1. INTRODUÇÃO

Essa pesquisa aborda o Ensino de História Indígena, no Ensino Fundamental anos finais, no Município de Barreiros - PE no ano de 2024. A escolha do tema é motivada pela necessidade de refletir sobre como o sistema educacional brasileiro trata a História e a Cultura dos povos indígenas, principalmente no contexto escolar. O objetivo principal é analisar como a História Indígena é ensinada na escola em questão. A pesquisa visa compreender como os conteúdos sobre essa história são inseridos nas aulas específicas, quais metodologias utilizadas, como essas práticas impactam na formação dos estudantes, mediante um estudo de caso.

O problema central da escrita reside na constatação de que, apesar das políticas de valorização da cultura indígena e das diretrizes educacionais que exigem a inclusão da história indígena no currículo escolar, muitas vezes, o ensino dessa temática é superficial, repleto de estereótipos.

A hipótese formulada é que, apesar de avanços na legislação educacional pela Lei 11.645/08, o Ensino da História Indígena ainda é tratado de forma secundária e fragmentada, sem a devida valorização da cultura e do conhecimento indígena. Acredita-se que a falta de preparo específico dos docentes, a escassez de materiais didáticos adequados e a ausência da abordagem crítica sobre o tema nas escolas contribuem para a perpetuação de visões estereotipadas e descontextualizadas dos povos indígenas. No entanto, com o uso de metodologias que auxiliam no ensino, é possível construir uma prática pedagógica mais sensível e inclusiva, capaz de romper com os estigmas e contribuir na formação da consciência social mais crítica entre os estudantes.

Para a realização deste estudo, a qual é acadêmica, social e pessoal, partindo em primeiro do ponto de vista acadêmico, a pesquisa contribui para o campo da educação, ao revisitar a discussão sobre o ensino da história indígena, tema ainda marginalizado em inúmeras instituições escolares. No campo científico, a escrita visa ampliar o debate sobre as práticas pedagógicas voltadas à inclusão da diversidade cultural, oferecendo novas perspectivas sobre a educação indígena e a construção da sociedade plural e inclusiva. Socialmente, esta pesquisa se justifica pela necessidade urgente de promover a educação que reconheça e valorize as contribuições dos povos indígenas para a formação do Brasil, combatendo a discriminação e o preconceito ainda latentes. Pessoalmente, a escolha desse tema reflete o compromisso do pesquisador em contribuir para uma educação mais justa e equitativa, que respeite as culturas

originárias e promova a integração de diferentes saberes.

Os Objetivos deste projeto se dividem em Geral e Específicos. O Objetivo Geral é investigar o ensino da história indígena como dito anteriormente na disciplina de História no Ensino Fundamental anos finais com foco em um estudo de caso no Colégio de São José, analisando como os conteúdos sobre a história indígena são tratados no ambiente escolar e quais práticas pedagógicas são empregadas. Já os Objetivos Específicos incluem: mapear as abordagens pedagógicas utilizadas pelos docentes no ensino da história indígena; identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos professores ao tratar desse tema; analisar os materiais didáticos utilizados no processo de ensino; propor estratégias pedagógicas que aprimorem o ensino da história indígena, de modo a torná-lo mais inclusivo e reflexivo.

Para responder a esses objetivos, o estudo analisa os conteúdos abordados no Colégio de São José, considerando as temáticas indígenas presentes nos planejamentos escolares e nas aulas de História. A pesquisa examina as práticas pedagógicas dos docentes, destacando métodos e estratégias empregados para apresentar a história indígena de forma crítica e contextualizada. Foram realizadas observações e entrevistas com os professores visando compreender como as abordagens são aplicadas na prática e identificar os desafios enfrentados no dia a dia escolar.

Além do exposto, o trabalho inclui a análise detalhada dos materiais didáticos utilizados na escola, avaliando sua adequação e relevância para o ensino da história indígena. Essa análise busca identificar possíveis lacunas ou estereótipos presentes nos recursos, propondo alternativas que valorizem a diversidade cultural e promovam uma visão plural. Os resultados obtidos até o momento indicam a necessidade de maior suporte pedagógico e formação continuada para os docentes, bem como a revisão dos materiais utilizados, visando fortalecer o ensino da história indígena no contexto escolar.

O ensino de história indígena tem sido tema de discussão em trabalhos acadêmicos e políticas públicas voltadas à inclusão. Segundo João Pacheco de Oliveira (1999), a inclusão da história e cultura indígena nos currículos escolares brasileiros é essencial para a construção da sociedade mais inclusiva e combate a estereótipos que historicamente marginalizam os povos originários. Oliveira argumenta que a escola tem o potencial de promover uma visão mais complexa e respeitosa sobre os povos indígenas, rompendo com visões simplistas e “exotizantes” que ainda permeiam o sistema educacional. Para o autor, uma educação que realmente valorize a diversidade cultural deve englobar o conhecimento indígena para

representar e respeitar a riqueza desses saberes tradicionais.

Além de Oliveira, o trabalho de Bartomeu Melià traz contribuições importantes ao afirmar que a educação deve ser um meio de valorização da identidade indígena. Em suas pesquisas, Melià propõe que as escolas não indígenas incluam o conhecimento tradicional indígena em seus currículos, não apenas como uma adição pontual, mas parte essencial da formação dos estudantes (Melià, 1979). Para Melià, a educação diferenciada que respeite as particularidades culturais dos povos indígenas é uma forma de resistência contra a homogeneização cultural, vital para a construção de uma sociedade que valorize todas as suas diversidades internas (Melià, 1988).

Já Gersem Baniwa, intelectual indígena e educador, enfatiza a importância da autonomia indígena dentro do sistema educacional brasileiro. Para Baniwa, a presença de narrativas e perspectivas indígenas no ensino não indígena é uma forma de combater o modelo de ensino eurocêntrico e descolonizar o currículo (Baniwa, 2013). Ele acredita que, ao permitir que as vozes indígenas sejam ouvidas e respeitadas no ambiente escolar, a educação se torna um meio poderoso de fortalecimento cultural e de promoção da identidade indígena (Baniwa, 2011). Para o autor, a inclusão dessas narrativas possibilita que estudantes indígenas vejam suas histórias representadas e que estudantes não indígenas reconheçam a relevância e a contribuição dos povos indígenas na construção da história do Brasil (Baniwa, 2013).

Outro ponto importante na discussão sobre o ensino de história indígena é abordado por Daniel Munduruku, escritor e educador indígena, que defende o ensino da história e cultura indígena realizado de maneira crítica, utilizando materiais que representem autenticamente as realidades e perspectivas indígenas (Munduruku, 2013). Para Munduruku, a falta de materiais adequados e de formação para os docentes contribui na abordagem limitada do tema nas escolas, o que, muitas vezes, reforça estereótipos e preconceitos (Munduruku, 2016). O pesquisador sugere que a formação continuada e sensível para os professores é fundamental para que o ensino da história indígena não seja apenas uma inclusão curricular superficial, mas um verdadeiro instrumento de transformação social (Munduruku, 2018).

Essas perspectivas teóricas, de Oliveira, Melià, Baniwa e Munduruku, destacam que a inclusão da história indígena no currículo escolar não indígena deve ir além da mera adição de conteúdo. A educação indígena, segundo esses autores, é uma ferramenta para a construção da sociedade plural, inclusiva e crítica. Ao promover a educação que realmente reconheça e valorize os saberes indígenas, as escolas podem contribuir significativamente na formação de

estudantes conscientes das contribuições indígenas à história e cultura brasileiras. E mais, comprometidos com a convivência social respeitosa e inclusiva, o seguimento apresentado será diretamente relacionado ao produto que desenvolvi e um jogo educativo inspirado na narrativa e na cultura indígena, com foco na valorização da diversidade cultural e histórica dos povos originários.

A proposta é utilizar o jogo como uma ferramenta pedagógica para abordar, de forma prática e lúdica, os conteúdos da História Indígena no Ensino Fundamental Anos finais, promovendo maior engajamento dos estudantes, rompendo com estereótipos presentes nas abordagens tradicionais. Essa metodologia ativa busca alinhar-se ao objetivo de construir práticas pedagógicas mais inclusivas e críticas, destacando as contribuições dos povos indígenas e fortalecendo, de forma natural, a consciência cultural dos estudantes. Nesse contexto, é importante indicar quem são os povos do aldeamento de São Miguel, conhecidos como Caetés, essencial para compreender a história da região e dar visibilidade a povos muitas vezes apagados da Historiografia oficial. Essas populações desempenharam papel fundamental na formação cultural e social local, resgatar suas memórias contribui para a valorização de suas identidades. Além disso, estudar esses grupos permite entender melhor as dinâmicas coloniais. Uma diversidade de povos indígenas do Nordeste foi considerada extinta, mas traços culturais e descendentes ainda permanecem, evidenciando a continuidade que desafia narrativas tradicionais. Dessa forma, a pesquisa pode contribuir para debates sobre políticas públicas e territoriais, fomentando o reconhecimento de direitos indígenas. O estudo se torna uma ferramenta importante para a Historiografia mais inclusiva e representativa.

O Aldeamento de São Miguel, localizado no atual Município de Barreiros, em Pernambuco, criado no contexto do processo de catequização e controle dos povos indígenas, foi organizado pelos padres da Companhia de Jesus (jesuítas) visando reunir os Caetés, grupo indígena da região, em torno de práticas religiosas e atividades econômicas. Os aldeamentos eram vistos como instrumentos para “civilizar” e integrar os indígenas ao modelo de vida europeu, mas também serviam para afastá-los de sua cultura e assegurar o domínio das terras pelos colonizadores (Ferreira, 2006 p. 30).

Em São Miguel, os Caetés, que eram conhecidos por sua resistência e tradição de liberdade, enfrentaram um processo de perda gradual de suas práticas culturais e autonomia. No entanto, mesmo sob pressão, esse povo originário manteve formas de resistência, seja pela preservação de elementos de sua identidade ou o abandono do aldeamento e retorno para sua

autonomia. O fim do aldeamento ocorreu com a progressiva desarticulação das missões religiosas e a ocupação das terras por fazendeiros de engenhos, especialmente, após a expulsão dos jesuítas no ano de 1759 (Ferreira, 2006 p. 31).

A resistência indígena da região não se restringiu apenas a conflitos diretos; inúmeros indígenas adotaram estratégias de negociação e adaptação, criando redes de alianças que incluíam fugas para áreas mais interiores ou articulação com outros grupos indígenas. Segundo Hely Silva, o “reconhecimento das práticas de resistência indígenas na era colonial nos ajuda a compreender a continuidade cultural e a resiliência desses povos” (ano e página), o que demonstra que, apesar das perdas e da violência, elementos de sua cultura e identidade foram preservados ao longo do tempo.

Com o avanço da colonização, implantação de aldeamentos forçados e missões religiosas, grande parte dos povos indígenas locais foi dispersa ou assimilada, com suas práticas culturais sendo diversas vezes reprimidas. A Capela de São Miguel Arcanjo, erguida mais tarde, simboliza essa transformação do território, refletindo o processo de evangelização e a modificação da paisagem cultural originalmente indígena. Hoje, poucas evidências materiais do modo de vida indígena original permanecem, mas o legado desses povos ainda pode ser sentido na cultura e na tradição oral que sobrevive na região.

As histórias e lendas de São Miguel de Barreiros carregam fragmentos da presença indígena, como na fauna e flora locais, preservadas pelos descendentes e comunidades que habitam a área. A pesquisa e a valorização das raízes indígenas são essenciais para reconstituir e valorizar o papel fundamental desses povos na história da região, promovendo a inclusão da perspectiva indígena na narrativa oficial.

E torna evidente o contexto analisado, presente e vivo na localidade de Barreiros – PE. Nesse sentido, é lógico presumir que essa história é passada adiante de forma pedagógica ao observar o fato, no caso, do Colégio de São José, que ao inserir a história indígena no currículo tradicional, aborda o tema de maneira mais acadêmica e generalista. Isso ocorre dentro de um cenário que pode não refletir totalmente as realidades e vivências indígenas. Contudo, ao observarmos os métodos de ensino adotados pela instituição, é possível perceber que o Colégio utiliza práticas tradicionais, com ênfase em textos e atividades acadêmicas. Esse enfoque, embora mais conservador, resulta na aprendizagem mais estruturada, conectada com a identidade dos alunos.

Ademais, é presumível, como o próprio nome adverte, o Colégio de São José sendo

uma instituição tradicional e confessional. Como tal, carrega valores e práticas pedagógicas que refletem compromisso com a formação acadêmica sólida de visão educativa voltada à formação integral do indivíduo. Sendo eu, autor dessa pesquisa e acadêmico de História, contratado enquanto professor de História, nesta instituição, posso analisar e contextualizar as práticas educacionais adotadas, especialmente, no que diz respeito à inclusão de conteúdos indígenas no currículo.

No que tange aos objetivos educacionais, o Colégio de São José busca oferecer a compreensão contextualizada da história indígena dentro de um quadro educacional e dos limites pedagógicos do material utilizado em sala de aula. Em síntese, em muitos casos, há uma resistência significativa à inclusão de conteúdos indígenas no currículo escolar, especialmente em regiões do País onde prevalece o desconhecimento generalizado e rejeição à valorização das culturas indígenas.

Portanto, é fundamental que as escolas confessionais, como o está, desempenhem papel ativo na promoção da educação inclusiva e crítica. Ao integrar a história indígena de maneira reflexiva e contextualizada, essas instituições podem contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e respeitosos em relação à diversidade cultural do Brasil.

Objetivos Educacionais: O Colégio de São José visa oferecer a compreensão ampla e contextualizada da história indígena dentro de um quadro educacional mais geral, em síntese, esse projeto de mestrado visa a contribuir à ampliação do debate sobre o ensino de história indígena nos anos finais do Ensino Fundamental II.

A transformação desse cenário requer o esforço conjunto de educadores, políticos, comunidades indígenas e sociedade em geral visando garantir que as histórias e as vozes dos povos indígenas sejam respeitadas e incluídas no espaço educacional. Oferecendo reflexões sobre a aplicação prática desse ensino na disciplina de História e propondo caminhos para a educação que valorize a diversidade cultural e contribua na construção da sociedade consciente e inclusiva.

A História do ensino de história indígena no Brasil tomou novos rumos após a Promulgação da Constituição Federal de 1988, que representou um marco na garantia dos direitos dos povos indígenas. Pela primeira vez, a Carta Magna reconheceu a pluralidade étnica e cultural do Brasil, estabelecendo em seu artigo 231 que “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições”. Esse reconhecimento abriu espaço para que os povos indígenas reivindicassem uma educação diferenciada e específica, que

respeitasse sua identidade cultural, modos de viver e aprender. A partir desse momento, o movimento indígena ocupou papel central nas discussões sobre as diretrizes da educação escolar que realmente valorizasse suas tradições.

A partir dessa base constitucional, novas legislações foram sendo estabelecidas buscando garantir os direitos indígenas, incluindo o acesso à educação que respeitasse suas especificidades culturais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), aprovada em 1996, reforçou o compromisso com a educação intercultural e bilíngue para os povos indígenas, estabelecendo diretrizes às escolas para oferecer a formação que respeitasse as tradições indígenas. Segundo o professor Edson Hely Silva, a Lei n.º 11.645/2008 “não apenas confirma a necessidade de uma educação específica, mas também reconhece o papel da cultura indígena na formação da sociedade brasileira” (2017), sendo fundamental para combater a marginalização histórica que esses povos enfrentaram no sistema educacional formal.

O movimento indígena, ao longo das décadas de 1990 e 2000, teve influência determinante para a consolidação dessas políticas educacionais. Lideranças indígenas e organizações tais como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) foram essenciais ao pressionar o governo a implementar políticas públicas que atendessem às necessidades educacionais indígenas. A especialista em Políticas Educacionais, Sônia de Almeida, destaca que “o protagonismo indígena foi crucial para a criação de uma educação escolar que não apenas atendesse, mas respeitasse as demandas culturais e históricas dos povos indígenas” (2015, p. 17). Esses movimentos foram além das reivindicações locais, participando de conferências e debates nacionais almejando garantir que as políticas educacionais respeitassem a diversidade cultural indígena.

A luta pela educação indígena diferenciada também resultou na promulgação da Lei n.º 11.645/2008, que tornou obrigatória a inclusão da História e da Cultura Indígena no currículo escolar das escolas indígenas e não indígenas. Em consonância deve-se estabelecer um paralelo entre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, e a Lei 11.645/2008, que alterou a LDB, as quais possuem semelhanças e diferenças no que se refere à inclusão da História e Cultura Indígena e Afro-Brasileira no currículo escolar. Ambas as leis buscam promover uma educação que respeite e valorize a diversidade cultural e étnica do Brasil, visando formar cidadãos críticos e conscientes de suas identidades e direitos. No entanto, enquanto a LDB de 1996 abordava a valorização da diversidade cultural, de forma geral, sem especificar a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Indígena e Afro-Brasileira, a Lei

11.645/2008 representa avanço significativo ao estabelecer a obrigatoriedade desse ensino em todos os níveis de educação, nas escolas públicas e privadas, de maneira transversal, contextualizada e integrada às diversas disciplinas, tais como História, Arte e Literatura.

Para além, a Lei 11.645/2008 aprofundou as diretrizes de ensino ao especificar que a História e a Cultura Indígena devem ser abordadas detalhadamente, com a inclusão das línguas indígenas e questões relacionadas à diversidade étnica desses povos. Enquanto a LDB de 1996 já reconhecia a necessidade de educação específica para os povos indígenas, a Lei 11.645/2008 apresenta enfoque mais explícito e detalhado sobre como essa temática deve ser trabalhada nas escolas, estabelecendo claro compromisso com a construção da identidade nacional que reconheça e valorize as contribuições dos povos indígenas e afro-brasileiros na formação da sociedade local.

Esta lei representa resposta direta às demandas dos povos indígenas que, há décadas, lutavam pela educação que desconstruísse os estereótipos e preconceitos acerca de sua cultura. O educador José Ribamar Bessa Freire argumenta que “a Lei 11.645 representa um avanço ao reconhecer que o conhecimento indígena faz parte da história do Brasil e precisa ser transmitido a todos os brasileiros” (Lopes; Freire, 2019, p. 10). Esse marco legal possibilitou que a história indígena fosse tratada como parte integrante da formação dos estudantes, combatendo a visão colonialista e eurocêntrica que predominava nas escolas.

O ensino de história indígena no Brasil retrata tema complexo com raízes na luta dos povos indígenas por reconhecimento e autonomia, especialmente, após a Constituição de 1988. Esse documento representou um marco legal significativo, ao reconhecer os direitos dos povos indígenas à terra, cultura e organização social, possibilitando o desenvolvimento de políticas educacionais que respeitassem suas especificidades. De acordo com Edson Hely Silva, “a Constituição de 1988 abriu espaço para as demandas indígenas serem ouvidas em diversas esferas, incluindo a educação” (Silva, 2024 p. 12). A partir desse marco, normas como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, e a Lei 11.645/2008, que tornou obrigatório o Ensino da História e Cultura Indígena nas escolas brasileiras, foram elaboradas enquanto respostas diretas às exigências do movimento indígena.

Historicamente, o ensino de história indígena no Brasil foi um instrumento de integração forçada e imposição cultural, assim analisado por Darcy Ribeiro (1996, p. 20), ao observar que “os indígenas foram submetidos a processos de aculturação que buscavam eliminar suas identidades e tradições”. Esse processo perdurou até que, no final do século XX, movimentos

indígenas passaram a reivindicar a educação que preservasse e respeitasse sua cultura. Paula Caleffi ressalta que “a luta pela educação diferenciada é uma reivindicação central dos povos indígenas, ao significar a preservação de sua identidade em um mundo cada vez mais homogêneo” (2015, p. 25). Esse novo paradigma educacional tem como base o respeito à diversidade e o reconhecimento das tradições culturais indígenas como componentes fundamentais da identidade brasileira.

A introdução da História e Cultura Indígena no currículo escolar é também uma resposta às necessidades da sociedade brasileira em conhecer e reconhecer sua própria pluralidade. Segundo Kaká Werá Jecupé, “a terra dos mil povos revela o Brasil que muitos desconhecem, e ensinar essa história nas escolas é uma forma de valorizar nossas origens e promover o respeito” (2016 p. 28). Esse conhecimento, além de essencial na construção da sociedade mais justa, permite que os jovens indígenas fortaleçam suas raízes, e que os não-indígenas desenvolvam visão ampliada e inclusiva com relação à sociedade. Ailton Krenak discute a importância dessa educação, afirmando ser “fundamental que as novas gerações compreendam o valor da diversidade e da ancestralidade” (2019, p. 12).

Os benefícios de ensinar a História Indígena nas escolas não se limitam à valorização da identidade indígena, mas alcançam o fortalecimento das práticas culturais e da autonomia das novas gerações. Segundo Estevão Martins Palitot “o ensino de história indígena deve possibilitar que as gerações futuras mantenham viva a memória dos seus antepassados e sua ligação com a terra” (2002 p. 25). Essa educação diferenciada, culturalmente sensível, capacita os jovens indígenas a reivindicar seus direitos e preservar seus modos de vida, respeitando a diversidade nas comunidades, em diálogo com o restante da sociedade brasileira.

No entanto, implementar a legislação educacional voltada para a história indígena é desafiador. Segundo Edson Hely Silva, “a aplicação prática das políticas educacionais indígenas enfrenta obstáculos, como a falta de recursos específicos, a capacitação insuficiente de professores e a escassez de materiais didáticos adequados” (2024, p. 22). Para superar essas barreiras, é necessário investir na formação de professores e no desenvolvimento de materiais que contemplem a pluralidade das culturas indígenas. Isso permitiria uma educação mais inclusiva, com potencial para transformar a visão da sociedade sobre a História do Brasil e sua ancestralidade.

Luisa T. Wittmann, em sua obra *Ensino de História Indígena*, enfatiza que a inclusão da história indígena nos currículos escolares promove uma ruptura com a visão eurocêntrica

predominante na educação brasileira, favorecendo a abordagem crítica e plural do passado. “A história indígena deve ser abordada para dialogar com as experiências dos próprios povos indígenas, desmistificando a ideia de uma cultura homogênea e explorando a riqueza de suas tradições” (2015, p. 25). Aspecto especialmente importante para as gerações futuras, que terão visão completa e diversificada sobre a formação do Brasil e o papel dos povos indígenas nessa História.

Ao comparar o cenário atual com o tempo passado, observa-se um avanço significativo no reconhecimento da importância da educação indígena e da inclusão de sua história nas escolas. Até o advento da Constituição Federal de 1988, a educação indígena foi amplamente negligenciada, sendo ferramenta de aculturação. Ainda hoje, embora desafios persistam, existe um crescente esforço na construção da educação que valorize e respeite a ancestralidade indígena. Essa realidade não apenas fortalece a identidade dos povos indígenas, como enriquece a formação das gerações futuras, criando a sociedade consciente e respeitosa com relação às suas raízes.

Finalmente, a implementação prática dessas leis nas escolas, contudo, ainda encontra desafios. Edson Hely Silva observa que “a legislação e as políticas educacionais são conquistas importantes, mas elas só se materializam plenamente com a capacitação de professores e o desenvolvimento de materiais didáticos adequados” (2017, p. 29). Segundo o autor, embora a legislação tenha avançado, a falta de formação dos professores e a escassez de recursos específicos nas escolas comprometem a qualidade do ensino sobre a História e Cultura Indígena. Portanto, embora a Constituição de 1988 e as legislações subsequentes tenham consolidado direitos importantes, faz-se necessário o compromisso contínuo do Estado e das instituições de ensino a garantir que esses direitos se traduzam em práticas pedagógicas efetivas, respeitem e valorizem a ancestralidade indígena.

Esse cenário é agravado pela falta de apoio institucional e ausência de políticas públicas efetivas que garantam a implementação da educação inclusiva e plural. Ensinar a história indígena nas escolas brasileiras trata-se de processo que enfrenta obstáculos, mas essencial à construção da sociedade justa e plural. A ausência de infraestrutura adequada, resistência de algumas instituições educacionais e escassez de profissionais capacitados a ensinar sobre a Cultura e História Indígena são questões que a serem resolvidas urgentemente. Contudo, é justamente neste cenário desafiador que a força ancestral indígena destaca como fonte de resistência e transformação.

A ancestralidade indígena carrega em si a sabedoria que atravessa gerações, apesar de todos os ataques sofridos, ao longo dos séculos, ainda se mantém viva nas comunidades e práticas culturais, na memória coletiva. Essa força, que reflete na resistência dos povos indígenas contra a opressão e no cuidado com o meio ambiente, deve ser valorizada e incorporada no currículo escolar como parte de um movimento mais amplo de resgate e reconhecimento da História Brasileira, ao integrar essa perspectiva no ensino

Não se trata apenas de ensinar sobre os povos indígenas, mas valorizar e aprender com as lições de resistência e resiliência que essa Cultura oferece.

Afirmam autores indígenas, tais como Ailton Krenak (2019 p. 27), que a educação a qual respeita e incorpora a cosmovisão indígena oferece aos estudantes a chance de refletir sobre suas próprias relações com o Mundo e com as outras Culturas. O Ensino da História Indígena nas escolas não deve ser apenas um conteúdo a ser decorado, mas a oportunidade de ampliar o olhar dos estudantes para a diversidade que constitui o Brasil e o Globo. Em vez de apenas ver os indígenas como um povo distante, ou do passado, é essencial ensiná-los enquanto parte fundamental do presente, com suas lutas e contribuições ainda muito vivas.

Outro ponto, a força ancestral indígena, que ensina sobre a importância da coletividade, harmonia com a natureza e preservação do saber tradicional, um convite à construção da educação que não se limita às paredes da escola, mas projeta para a sociedade conectada e sustentável. A resistência indígena ao longo da história, seja nas batalhas territoriais ou disputas pela dignidade cultural, oferece modelos de luta pela liberdade e autonomia extremamente relevantes no contexto contemporâneo. Como destaca o professor Edson Hely Silva, é através do reconhecimento da resistência indígena no ambiente escolar que conseguimos cultivar um futuro equitativo com respeito genuíno pela diversidade cultural do País (2017, p. 30).

Portanto, a luta pela implementação da educação indígena de qualidade não é apenas questão de justiça histórica, representa o compromisso com a construção da sociedade plural, respeitosa e consciente. Ao tornar a História Indígena parte do currículo escolar, de maneira efetiva, está-se ensinando sobre um povo, abrindo espaço para que suas vozes e saberes, muitas vezes silenciados, ecoem potentemente nas futuras gerações. O reconhecimento da força ancestral indígena, com suas lições de resistência e resiliência, é o alicerce da educação que verdadeiramente foca no futuro com olhar inclusivo e justo para todos.

2. DISCUSSÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

A discussão teórico-metodológica sobre o ensino de história indígena e sua aplicação prática na disciplina de História no Ensino Fundamental anos finais requer análise da Historiografia e Fontes que tratam sobre o tema, além da reflexão sobre os desafios da implementação desse ensino nas escolas. A Historiografia Brasileira sobre a Educação Indígena ganhou relevância especialmente após a promulgação da Lei 11.645/2008, que tornou obrigatório o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo escolar. No entanto, Silva destaca que, apesar do avanço legislativo, ainda persiste a visão estereotipada dos povos indígenas no ensino, refletida nos materiais didáticos e na abordagem fragmentada por parte de parcela significativa dos docentes (2019, p. 25).

Em argumentação científica, Edson Hely Silva afirma as narrativas indígenas, quando abordadas, são tratadas complementarmente, sem ocupar o devido espaço de destaque no currículo escolar. Segundo o autor, é crucial que o Ensino da História Indígena seja integrado de maneira crítica e constante nas escolas, para os estudantes poderem compreender a diversidade e as contribuições desses povos (Silva, 2019 p. 15). E também alerta que a exclusão histórica dos povos indígenas do ensino tradicional contribui para a perpetuação da visão Eurocêntrica, na qual o indígena é retratado apenas como elemento do passado, sem reconhecimento de sua relevância na contemporaneidade.

Os procedimentos metodológicos adotados para a realização deste estudo envolvem a abordagem qualitativa. A metodologia de abordagem qualitativa é uma estratégia de pesquisa que busca compreender fenômenos sociais, culturais e comportamentais profundamente, explorando significados, percepções e experiências humanas. Baseia-se em dados não numéricos, tais como entrevistas, observações e documentos, analisados no contexto natural dos fenômenos, valorizando a subjetividade, interação entre pesquisador e participantes. É flexível e adaptável, centrada na realização do estudo de caso em Escola de Ensino Fundamental anos finais.

A pesquisa inclui observações realizadas nas aulas de História e análise dos materiais didáticos utilizados no Ensino da História Indígena. Por sua vez, a análise dos materiais didáticos buscará avaliar a adequação e representatividade dos conteúdos sobre a Cultura e a História dos Povos Indígenas com o propósito de produzir como produto didático o jogo de cartas estratégicas adequado ao uso em sala de aula. As análises descritas neste estudo foram conduzidas ao longo do ano de 2024, nas turmas de 8º e 9º Anos do Ensino Fundamental anos

finais. O material didático analisado corresponde ao livro *Trilhas da Iônica*, publicado pela editora FTD.

No âmbito teórico, as contribuições de Ailton Krenak são centrais para a compreensão da educação que valorize a cosmovisão indígena e promova a descolonização do pensamento. Para Krena, a educação brasileira continua profundamente enraizada em uma perspectiva colonial, que desconsidera os saberes ancestrais e a riqueza da diversidade cultural indígena (2020, p. 15), afirmando ainda que “a escola, conforme organizada hoje, não é um espaço onde o pensamento indígena possa florescer” (Krenak, 2020, p. 32), defendendo que a integração das culturas indígenas na educação deve ir além da mera inclusão de conteúdos no currículo. Ailton Krenak sugere que, para romper com essa estrutura colonial, a escola deve ser um lugar de troca e valorização dos diferentes conhecimentos, onde os saberes indígenas possam ser partilhados e reconhecidos como fundamentais para a formação de todos os estudantes (Krenak, 2020 p. 25).

Além disso, a obra de Luisa T. Wittmann oferece perspectiva metodológica importante, ao enfatizar a necessidade de formação docente específica para o Ensino da História Indígena. A autora observa que parcela significativa de professores não têm o preparo adequado para lidar com a complexidade dos temas relacionados aos povos indígenas, o que frequentemente resulta em práticas pedagógicas que reforçam estereótipos (Wittmann, 2018 p. 21). Segundo Wittmann, a formação continuada dos professores é essencial para que eles possam desenvolver metodologias inclusivas e respeitadas, que valorizem a cultura indígena e permitam uma abordagem crítica (2018 p. 26).

A autora ressalta que o contato direto com comunidades indígenas e o uso de fontes orais são estratégias eficazes para enriquecer o ensino e aproximar os alunos da realidade contemporânea desses povos. A questão da educação nas escolas brasileiras e o impacto que ela fomenta na forma de transmitir essa ancestralidade é tema central para inúmeros estudiosos brasileiros, que discutem tanto a necessidade de inclusão quanto as consequências da ausência de um ensino que aborde a pluralidade cultural do País. Paulo Freire, um dos mais importantes educadores brasileiros, enfatizava a importância da educação que valorize a cultura e as raízes dos estudantes. As suas obras, tal como em *Pedagogia do Oprimido*, Freire defende que o ensino deve partir do contexto do aluno, promovendo uma educação libertadora que, ao reconhecer e valorizar a cultura popular, pode incluir conhecimentos sobre ancestralidade e história como meios de fortalecer a identidade dos estudantes.

Outro autor relevante para essa discussão é Darcy Ribeiro, que, em seu livro *O Povo Brasileiro*, descreve a importância de integrar o conhecimento histórico e cultural dos diferentes povos formadores da Nação brasileira ao currículo escolar (Ribeiro, 1995, p. 54). Darcy aponta que a falta do ensino que dialogue com essas raízes contribui para a sociedade que, muitas vezes, negligência ou marginaliza as contribuições culturais e históricas de comunidades indígenas e africanas. O educador e sociólogo defende que a educação que aborda as contribuições dos povos originários e africanos, desde cedo, contribui para que os estudantes conectem com suas próprias ancestralidades, promovendo visão rica e inclusiva com relação ao que é ser brasileiro.

Muniz Sodré, autor e pesquisador, também discute a importância da ancestralidade na formação educacional (2012, p. 82). Em seus estudos sobre cultura e comunicação, Sodré destaca que a transmissão da cultura ancestral é essencial à construção da identidade coletiva. E afirma que a educação tem o papel de preservar e repassar saberes tradicionais, como o conhecimento indígena e afro-brasileiro, acreditando ainda que o ensino dessas culturas nas escolas contribui para a valorização das identidades e combate ao preconceito. Para Sodré, a educação deve ser um espaço de diálogo e respeito, no qual diferentes culturas e suas histórias sejam reconhecidas, transmitidas às próximas gerações.

Outro intelectual dedicado ao tema é Daniel Munduruku, escritor e educador indígena que, em suas obras, argumenta sobre a inclusão do conhecimento indígena nas escolas a qual não é apenas questão de justiça histórica, mas oportunidade de ensinar valores de respeito à terra, à natureza e à coletividade. Munduruku ressalta que as escolas devem abrir espaço para a educação tornar caminho de conexão com as origens, promovendo a compreensão dos modos de vida e filosofias dos povos originários. O autor acredita que essa inclusão também permite que os alunos desenvolvam a relação harmoniosa com o meio ambiente e a sociedade ao seu redor.

Por fim, Sueli Carneiro, filósofa e ativista, discute a necessidade de uma educação que reconheça as contribuições das culturas africanas e indígenas na formação brasileira (2005, p. 86). Carneiro enfatiza que a exclusão dessas culturas do currículo escolar é uma forma de opressão simbólica e acredita que a verdadeira igualdade racial e social inicia com a educação. Para Sueli, incluir essas perspectivas no ensino básico contribui para desconstruir preconceitos e abrir caminhos para que todas as crianças, independentemente de sua origem, sintam-se parte de uma história comum. A autora defende a educação plural capaz de formar estudantes mais

críticos e conscientes do seu papel na sociedade.

Comparando o ensino atual com o ministrado décadas passadas, pode-se notar avanços significativos, com muito ainda a ser fomentado. Anteriormente, a educação era centrada no currículo eurocêntrico, com pouco ou nenhum espaço para a história e cultura dos povos indígenas e africanos. Autores tais como Freire e Ribeiro criticavam esse modelo, que ignorava a pluralidade cultural do Brasil. Atualmente, com o trabalho de pensadores representados por Sodré, Munduruku e Carneiro, o Sistema Educacional Brasileiro passa a valorizar a ancestralidade, integrando esses conteúdos nas escolas. Contudo, os desafios permanecem, sendo necessário capacitar os educadores, garantir que o ensino da ancestralidade faça parte do cotidiano escolar, promovendo a educação que valorize e respeite a diversidade cultural do Brasil.

No que se refere à análise dos materiais didáticos, Wittmann aponta que a maioria dos livros adotados nas escolas trata os povos indígenas de forma superficial e estereotipada, sem contextualizar suas lutas e contribuições ao longo da história (2018, p. 18). A pesquisadora argumenta que “os livros didáticos precisam ser reformulados para incluir a perspectiva dos próprios povos indígenas, e não apenas uma visão externa” (Wittmann, 2018, p. 76). O uso de fontes primárias encontradas em documentos históricos e relatos orais de indígenas, auxilia a romper com essa visão unilateral e oferecer aos alunos perspectiva abrangente e crítica.

Metodologicamente, e alinhado à proposta de pesquisa participante, que, segundo Wittmann (2018 p. 45), é essencial para envolver diretamente os sujeitos da pesquisa e garantir que suas vozes sejam ouvidas, a observação das práticas pedagógicas em sala de aula e a realização de entrevistas semiestruturadas com professores e alunos são fundamentais para identificar as dificuldades e barreiras no Ensino da História Indígena. Silva (2019 p. 35). A autora sugere que a observação direta é poderosa ferramenta visando captar as nuances das práticas educativas ao permitir que o pesquisador analise as interações e desafios enfrentados pelos professores no dia a dia escolar.

O método de hermenêutica crítica, conforme defendido por Krenak (2020 p. 20), foi utilizado para analisar os dados coletados. Essa abordagem interpretativa busca compreender não apenas os fenômenos observados, mas os contextos socioculturais que os influenciam. A hermenêutica crítica permitiu a análise profunda das implicações de práticas pedagógicas em relação à inclusão da história indígena, oferecendo *insights* sobre essas práticas que podem ser ajustadas para promover uma educação descolonizadora e plural. Segundo Krenak, “não

podemos continuar tratando a história indígena como um anexo à História do Brasil; ela é parte integrante da nossa formação social e deve ser tratada com o mesmo rigor e respeito” (2020, p. 45).

Para complementar essa pesquisa, foi realizada a análise crítica dos materiais didáticos utilizados nas escolas participantes. Silva (2019 p. 25) e Wittmann (2018 p. 67), em suas respectivas obras, enfatizam a importância de revisar os conteúdos dos livros didáticos para identificar lacunas, distorções ou estereótipos relacionados à representação dos povos indígenas. Essa análise permite avaliar como os materiais refletem (ou não) a diversidade cultural indígena, se oferecem a abordagem crítica sobre o papel dos povos indígenas na História do Brasil.

Os livros didáticos, frequentemente, apresentam os indígenas de maneira estereotipada, como figuras do passado, congeladas em um tempo que não reconhece a contemporaneidade e diversidade das culturas indígenas. Os livros didáticos das Humanidades, publicados antes e depois da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) evidenciam mudanças significativas na abordagem da História E Cultura Indígena. Antes da BNCC, os materiais apresentavam visão Eurocêntrica e superficial sobre os Povos Indígenas, limitando-se a retratá-los como figuras históricas estáticas, frequentemente associadas ao Período Colonial. Essa abordagem reforçava estereótipos, marginalizava a relevância contemporânea das culturas indígenas, relegando-as a papel secundário na construção da História brasileira.

Após a implementação da BNCC, a exigência de maior representatividade e profundidade na abordagem da História Indígena. Os livros recentes passaram a enfatizar a diversidade cultural, social e histórica dos povos indígenas, apresentando-os como agentes históricos ativos, parte essencial na formação da identidade nacional. A narrativa conjuntural inclui discussões sobre resistência, protagonismo indígena e a importância da preservação de seus direitos e territórios. Para além, os materiais adotados incorporam conceitos de colonialidade, destacando a necessidade de desconstruir perspectivas eurocênicas e promover uma visão mais inclusiva.

Outra mudança significativa é a utilização de fontes e narrativas indígenas, tais como textos de autores indígenas, depoimentos e registros orais, que ampliam a compreensão da pluralidade das experiências desses povos. Os livros pós-BNCC também apresentam maior atenção às Políticas Públicas e aos Marcos Legais que garantem a proteção dos Direitos Indígenas, como a Constituição de 1988 e a Lei 11.645/2008, que tornou obrigatório o Ensino

da História e Cultura Indígena nas escolas.

Apesar dos avanços os desafios permanecem, tal como a aplicação prática das diretrizes da BNCC, que enfrenta dificuldades devido à falta de formação adequada dos professores e escassez de recursos pedagógicos que aprofundem a temática indígena. Assim, embora os materiais didáticos tenham evoluído, o impacto pleno dessa transformação depende de esforços contínuos a fim de garantir a implementação efetiva da educação inclusiva e representativa. Essa visão reducionista contribui para a perpetuação de preconceitos e exclusão dos indígenas do debate nacional sobre a História e a Identidade Brasileira. Segundo Silva, “ao ensinar a história indígena de maneira distorcida, estamos ensinando nossos estudantes a verem os indígenas como seres exóticos e obsoletos, em vez de povos vivos com culturas dinâmicas e relevantes” (Silva, 2024, p. 45).

Em resumo, a discussão teórico-metodológica deste estudo fundamenta-se na contribuição de autores tais como Edson Hely Silva, Ailton Krenak e Luisa T. Wittmann, que defendem a abordagem crítica e descolonizadora do ensino de história indígena. Mediante a análise qualitativa, apoiada em métodos de pesquisa participante e hermenêutica crítica, este trabalho visa não apenas mapear as práticas pedagógicas existentes, como propor alternativas que possam promover a educação inclusiva que valorize a diversidade cultural, contribua para a formação da sociedade consciente e plural.

A Educação Indígena no Brasil tem passado por transformações significativas, especialmente a partir da criação de legislações que buscam garantir o reconhecimento e a valorização das Culturas e Línguas Indígenas no Currículo Escolar, a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos currículos dos Ensinos Fundamental e Médio. Esta legislação representa um marco por representar avanço na garantia dos Direitos Culturais dos Povos Indígenas, reconhecendo que a Educação deve contribuir para a construção da sociedade inclusiva e respeitosa com a Diversidade Cultural.

Do ponto de vista teórico, a implementação da Lei 11.645/08 é analisada por autores tais como Daniel Munduruku, que argumenta que a educação indígena vai além da inclusão de conteúdo; trata-se de uma forma de reverter estereótipos e preconceitos que historicamente marcaram o ensino da história indígena nas escolas (2017, p. 38). Munduruku defende que a legislação deve ser aplicada de maneira que os alunos possam compreender e valorizar as diferentes formas de vida, conhecimentos e tradições dos povos indígenas. E ressalta ainda, para uma aplicação eficaz, é necessário que a lei seja acompanhada da formação específica dos

professores e materiais didáticos que reflitam a real diversidade indígena do Brasil.

Na prática, a aplicação da Lei 11.645/08 enfrenta desafios. A pesquisadora Sônia de Almeida, protagonista na área de Políticas Educacionais, discute em seus estudos que, embora a legislação represente avanço teórico, sua aplicação prática é cotidianamente limitada devido ao desconhecimento dos docentes e escassez de materiais adequados que reflitam fielmente a realidade indígena (2008, p. 75). Segundo Almeida, os professores ainda recorrem a abordagens superficiais, mesmo as estereotipadas, o que acaba reforçando preconceitos ao invés de promover a verdadeira compreensão das culturas indígenas. Para a legislação ser realmente efetiva, a pesquisadora aponta o investimento contínuo na capacitação de professores e produção de materiais didáticos específicos, desenvolvidos em parceria com lideranças indígenas.

No mais, Davi Kopenawa Yanomami, líder e escritor indígena, enfatiza que o ensino de história indígena, para ser verdadeiramente inclusiva, deve incorporar perspectivas e saberes tradicionais indígenas, para além dos conteúdos históricos (2019, p. 60). Em sua obra, Kopenawa defende que os conhecimentos indígenas devem ser transmitidos de maneira integrada contextualizada, de modo que os estudantes entendam o valor dessas tradições para a formação da Identidade Brasileira. O autor acredita que a legislação abre caminho para tal integração, reforçando a importância dessa aplicação realizada com respeito e autenticidade, evitando interpretações simplistas, descontextualizadas da cosmovisão indígena.

O educador José Ribamar Bessa Freire argumenta que a legislação, ao incorporar a história e a cultura indígena no ensino formal, é um reconhecimento dos direitos e das contribuições dos povos originários à sociedade brasileira (2019, p. 25). O autor aponta, contudo, que a aplicação prática da Lei 11.645/08 depende também da articulação entre escolas e comunidades indígenas, o que nem sempre ocorre. E defende que a educação verdadeiramente plural exige o envolvimento direto das comunidades na elaboração dos conteúdos, para que esses sejam representativos e fíeis à realidade dos povos indígenas.

Assim, ao comparar o avanço teórico proporcionado pela legislação com a prática nas escolas, é evidente que, embora a Lei 11.645/08 represente passo importante, sua implementação deve ser aprimorada visando alinhar às exigências da própria lei. Esse aperfeiçoamento requer tanto a formação de professores quanto a criação de materiais adequados, diálogo contínuo com as comunidades indígenas. Enquanto a legislação oferece bases teóricas para a educação inclusiva e plural, sua aplicação prática depende de

investimentos e compromisso efetivo com a diversidade cultural brasileira.

Este trabalho apoia na série de autores que têm contribuído significativamente para o debate sobre o ensino de história indígena e a valorização da cultura dos povos, com destaque às pesquisas que abordam a importância da inserção da História Indígena no currículo escolar, capaz de discutir a questão da Formação de Professores, construção da Pedagogia Inclusiva, visando a clara importância do reconhecimento dos saberes tradicionais no contexto educacional. Esses autores embasam a reflexão crítica sobre o papel da educação na promoção da diversidade cultural e na construção da sociedade justa e equitativa.

3. DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO

A escolha do formato de um jogo educativo para sala de aula, inspirado na forma de contar histórias do povo indígena, visa atender a um público-alvo específico, representado nos estudantes do Ensino Fundamental anos finais. Nesse estágio, a aprendizagem lúdica torna estratégia eficaz para engajar os alunos e facilitar a absorção de conteúdos complexos de forma divertida e interativa. O jogo proporciona ambiente aos estudantes para explorar e refletir sobre a vida e a cultura ancestral dos povos indígenas de maneira ativa, em vez de passiva, promovendo maior compreensão dos temas abordados.

Os jogos são uma forma de aprendizagem ativa, onde os participantes constroem conhecimento de maneira lúdica e significativa, argumenta Tizuko Kishimoto (2011, p. 15). Segundo a autora, o jogo possui regras, desafios e interações que estimulam o pensamento crítico, resolução de problemas e criatividade, tornando ferramenta poderosa no ensino. A pesquisadora defende que o jogo não deve ser apenas uma atividade recreativa, mas recurso didático, capaz de promover o desenvolvimento cognitivo, social e cultural dos estudantes.

Esse formato de jogo foi escolhido justamente pela capacidade em promover a participação dos alunos. A interação e o envolvimento direto no processo de contar histórias criam um vínculo fortalecido pelo conteúdo, permitindo que os estudantes assumam diferentes papéis, desenvolvam empatia, visão crítica sobre a diversidade cultural. O público-alvo beneficia da estrutura colaborativa dessa atividade lúdica, que incentiva o trabalho em equipe, a tomada de decisões e o pensamento criativo.

O jogo também destaca na aplicabilidade prática em diferentes contextos educacionais, podendo ser facilmente adaptado a turmas mais numerosas ou menores, utilizado em diversificadas disciplinas tais como História, Geografia e Sociologia. Além de explorar as

histórias e a cultura indígena, o jogo abre possibilidades para discutir temas contemporâneos representados na Sustentabilidade, Direitos Humanos e a Preservação de Tradições. Essa flexibilidade faz com que o jogo não limite a uma única disciplina ou faixa etária, podendo ser ajustado para diferentes níveis de ensino e contextos educacionais.

Além do exposto, o jogo pode ser utilizado como ferramenta interdisciplinar, promovendo a integração entre diferentes áreas do conhecimento, oferecendo a abordagem holística e dinâmica apropriadas ao ensino. Essa atividade não apenas complementa o currículo escolar ao abordar a história indígena de maneira inclusiva, mas serve como um instrumento de ensino transversal, explorando temas que ultrapassam a simples abordagem histórica, considerando a contribuição cultural e social dos povos indígenas.

Outro ponto relevante é a circulação do produto, que pode ocorrer principalmente nas salas de aula, também, espaços extracurriculares tais como oficinas, eventos educacionais, exposições sobre culturas indígenas. Essa amplitude de utilização garante que o jogo seja acessível em diversos ambientes a diferentes públicos, ampliando assim o impacto educativo.

A escolha pelo jogo educativo foi motivada ainda pelo desejo de transformar o Ensino da História Indígena em algo mais ativo e participativo, rompendo com o formato tradicional de ensino. Ao oferecer um ambiente onde as histórias dos povos indígenas possam ser vivenciadas, o jogo não apenas transmite informações, mas cria experiências, permitindo que os alunos compreendam as complexidades e nuances das culturas indígenas. Essa abordagem é fundamental para estimular uma reflexão profunda e crítica sobre a diversidade cultural e histórica.

Em resumo, a aplicabilidade do jogo vai além do simples uso em sala de aula, podendo ser adaptado a diferentes contextos e grupos etários. O formato lúdico favorece o engajamento dos alunos, promove a educação inclusiva e interativa, onde o aprendizado ocorre de maneira dinâmica e participativa. Ao valorizar a forma de contar histórias dos povos indígenas, o jogo contribui para a formação da consciência crítica sobre a importância de respeitar e preservar as tradições culturais, ao mesmo tempo, desafia as práticas tradicionais de ensino.

4. APRESENTAÇÃO DO PRODUTO

Devido o fato de não existir uma diversidade de fontes que forneçam informações sobre os aspectos culturais específicos dos indígenas Caetés da região de Barreiros, logo será usada uma versão mais lúdica e fantasiosa para a confecção do jogo. O uso de elementos

fantásticos e místicos no jogo de cartas baseado nos indígenas Caetés, embora não seja estritamente fiel à história e cultura desse povo, se justifica por uma série de razões. Primeiramente, é importante reconhecer que as informações sobre os Caetés são limitadas, uma vez que grande parte da história e das tradições desse grupo foi perdida ao longo do tempo, principalmente, devido ao processo de Colonização, que resultou na drástica redução das populações indígenas e destruição de significativa parcela de registros culturais. A escassez de fontes históricas e a ausência de documentos sobre os Caetés impossibilitam reconstruir a narrativa totalmente fiel e precisa sobre sua cultura e práticas.

Dessa forma, ao criar o jogo, foi necessário recorrer à fantasia e ao misticismo de maneira criativa para preencher as lacunas deixadas pela insuficiência de informações históricas detalhadas. Essa abordagem não visa distorcer ou desrespeitar a cultura indígena, mas utilizar elementos de imaginação buscando construir um cenário que, embora fictício, esteja em sintonia com os valores, mitos e simbolismos comuns em diversas culturas indígenas. O uso de fantasia e misticismo é uma forma de resgatar e reinterpretar aspectos da cosmovisão indígena, respeitando as temáticas gerais de conexão com a natureza, espiritualidade e o mundo sobrenatural enquanto elementos presentes em várias tradições indígenas, incluindo a dos Caetés. Dessa forma, o jogo busca proporcionar uma experiência lúdica e educativa que desperte o interesse e a reflexão sobre as culturas indígenas, sem perder de vista a reverência por sua riqueza e complexidade.

Estrutura do Jogo: Guardiões da Floresta: Desperte o Espírito Ancestral

1. Cartas de Personagens

Essas cartas representam líderes espirituais, guerreiros, curandeiras e outras figuras importantes da tradição indígena local. Cada personagem possui habilidades baseadas em seu papel na comunidade e sua conexão com a floresta.

1. Tipos de Cartas

Cartas de Ataque:

Usadas para combates e ao enfrentar desafios diretos. Incluem animais e personagens que representam força e estratégia.

Cartas de Cura:

Essenciais para recuperar aliados feridos. Incluem plantas medicinais, rituais e personagens com habilidades curativas.

Cartas de Ritual:

Conferem suporte, como bônus de resistência, fortalecimento de personagens ou proteção de locais sagrados. Podem ser usados em combinação com cartas de locais ou animais para aumentar sua eficácia.

2. Objetivo do Jogo:

- Primário: Preservar os locais sagrados e superar desafios ambientais e culturais.
- Secundário: Ensinar sobre a fauna, flora e história indígena local de forma lúdica.

Cartas de Desafios:

Os desafios retratam ameaças reais enfrentadas pela floresta e os povos indígenas tais como desmatamento, exploração predatória e invasores. Para superá-los, os jogadores devem utilizar rituais, habilidades e a força coletiva dos personagens e animais.

- Exemplo de desafio:
 - "Exploração de Madeira" – Reduz a eficácia de cartas de local sagrado até ser resolvida com um ritual ou habilidade específica.
 - "Conflito com Invasores" – Exige a união de personagens buscando proteger o território.

Mecânica de Jogo:

Objetivo Principal:

Preservar o território da floresta, superar desafios e proteger a cultura e as tradições indígenas, mantendo o equilíbrio entre natureza e espiritualidade.

Preparação do jogo:

Os jogadores montam seus "Baralhos Ancestrais", combinando cartas de personagens, animais, rituais, locais e desafios.

1. Turnos:

- Cada jogador pode:
 - Invocar personagens ou animais.
 - Realizar rituais ou ativar locais.
 - Resolver desafios é um dos objetivos principais.
- Estratégia e sinergia entre as cartas são fundamentais para o sucesso.

2. Sistema de Sabedoria:

- Cada carta possui um valor de Sabedoria, que representa sua capacidade de influência no jogo.
- Combinar personagens com rituais ou locais sagrados aumenta a sabedoria total, ajudando a resolver desafios mais difíceis.

3. Superação de desafios:

- Os desafios são resolvidos ao somar pontos de sabedoria e ativar habilidades específicas de cartas.
- A resolução bem-sucedida concede benefícios; falhas podem resultar em penalidades, como a perda de cartas ou redução de energia.

4. Harmonia com a Floresta:

- O jogo premia jogadores que mantêm equilíbrio entre personagens, rituais e locais.
- Cartas com explicações culturais incentivam o aprendizado durante a partida.
- Quando personagens se confrontam ou enfrentam desafios, os pontos de sabedoria e os bônus adquiridos com rituais e locais sagrados são determinantes para o desfecho. As vitórias são baseadas na força da espiritualidade e na harmonia com a natureza.

Aspectos Educativos e Lúdicos:

Educação Cultural:

- As cartas trazem informações sobre tradições indígenas, animais e locais específicos de Barreiros - PE, promovendo a valorização da cultura local.
- Preservação Ambiental:
- O jogo incentiva discussões sobre os desafios enfrentados pelas florestas e a importância de proteger o meio ambiente.
- As mecânicas estratégicas tornam o jogo envolvente, enquanto o aprendizado ocorre de forma natural e divertida.

Inclusão:

- Representa a cultura indígena de forma respeitosa e autêntica, conectando os jogadores com a ancestralidade da região.

Conexão com o espiritual:

Os personagens e animais sagrados recebem um "bônus de sabedoria" quando combinados com rituais e locais sagrados, o uso de rituais com propósito educacional - como explicar o significado cultural de cada prática.

— É incentivado durante o jogo.

Quando personagens se confrontam ou enfrentam desafios, os pontos de sabedoria e os bônus adquiridos com rituais e locais sagrados são determinantes para o desfecho. As vitórias são baseadas na força da espiritualidade e na harmonia com a natureza.

Objetivo Final:

O jogo termina quando um dos jogadores consegue superar todos os desafios enquanto preserva seus locais sagrados, mantendo viva a herança cultural de São Miguel. O vencedor é aquele que protege com sucesso o território e mantém a conexão da comunidade com seus valores e tradições.

Manual do Jogo: Guardiões da Floresta - Desperte o Espírito Ancestral

1. Introdução

Guardiões da Floresta: Desperte o Espírito Ancestral - é um jogo de cartas educativo e estratégico que convida os jogadores a proteger os territórios sagrados da floresta, enfrentar ameaças ambientais e culturais, manter viva a herança espiritual da aldeia de São Miguel, em Barreiros - PE. Através de personagens, rituais, animais e locais sagrados os jogadores aprendem sobre a sabedoria ancestral indígena enquanto divertem em uma jornada de preservação e resistência.

2. Objetivo do Jogo

Preservar os territórios e locais sagrados, superar desafios e proteger a cultura indígena local, mantendo o equilíbrio entre natureza, espiritualidade e sabedoria.

O jogo termina quando um jogador supera todos os desafios do baralho, mantendo ao menos um local sagrado intacto. O vencedor é aquele que proteger melhor o território e preservar a conexão espiritual da comunidade com seus valores.

3. Componentes do Jogo

Tipos de Cartas

1. Cartas de Personagem

Representam líderes espirituais, curandeiras, guerreiros, jovens aprendizes, anciãos e pajés.

Cada personagem possui habilidades especiais, valor de Sabedoria, função na comunidade.

2. Cartas de Animal

Representam animais sagrados ou de força da floresta.

Usados em ataques, rituais ou no apoio aos personagens.

3. Cartas de Ritual

Aumentam resistência, restauram sabedoria, fortalecem locais, invocam forças espirituais.

Podem ser combinadas com cartas de personagem ou local.

4. Cartas de Cura

Restauram personagens feridos ou revivem animais.

Baseadas em plantas medicinais e conhecimentos tradicionais.

5. Cartas de Local Sagrado

Representam lugares tais como cachoeiras, árvores sagradas, aldeias e trilhas espirituais.

Podem ser ativadas para bônus permanentes ou temporários.

6. Cartas de Desafio

Representam ameaças reais como desmatamento, garimpo, conflitos com invasores, incêndios e perda de saberes.

Devem ser superadas com sabedoria, estratégia e combinação de cartas.

4. Preparação do Jogo

Número de Jogadores

Dois (2) a quatro (4) jogadores

Montagem do Baralho

Cada jogador monta seu Baralho Ancestral com:

Três (3) Cartas de Personagem

Cinco (5) Cartas de Animal

Cinco (5) Cartas de Ritual

Três (3) Cartas de Cura

Duas (2) Cartas de Local Sagrado

Embaralhe as Cartas de Desafio separadas, que formarão a Trilha de Resistência no centro da mesa.

5. Como Jogar

Turnos

Cada turno é dividido em quatro (4) fases:

1. Preparação

Compre duas (2) cartas.

Ative locais sagrados se houver.

2. Ação

Invocar personagens ou animais.

Realizar um ritual.

Jogar uma carta de cura.

Tentar superar um desafio.

3. Desafio

Se escolher enfrentar um desafio, use personagens, rituais e locais.

Some os pontos de Sabedoria e aplique bônus.

Compare com a dificuldade do desafio.

5. Encerramento

Descarte cartas que excedam o limite de sete (7) nas mãos.

6. Sistema de Sabedoria

Sabedoria é o valor principal das cartas.

Cada personagem, ritual e local possui um valor de sabedoria.

Para vencer desafios, o jogador soma:

Sabedoria dos personagens envolvidos.

Bônus dos rituais ativos.

Bônus de locais sagrados ativados.

Exemplo:

Para vencer o desafio “Conflito com Invasores” (dificuldade 12), o jogador soma:

Guerreiro X (4 sabedoria)

Pajé Y (3 sabedoria)

Ritual de União Espiritual (+2)

Local Sagrado ativado (+3)

Total: 12 - desafio vencido.

7. Superando Desafios

Desafios têm efeitos negativos enquanto não forem resolvidos.

Ao vencê-los, o jogador recebe Bônus de Harmonia (cartas extras, reviver aliados, proteger locais, outros).

Se falhar, sofre Penalidade (descartar cartas, reduzir sabedoria, bloquear local).

8. Harmonia com a Floresta

Manter equilíbrio é fundamental. Jogadores que:

Usam rituais com propósito.

Protegem locais sagrados.

Combinam personagens com seus animais espirituais.

Ativam rituais de cura e sabedoria coletiva.

Recebem benefícios durante a partida:

Menor custo de ativação.

Imunidade a certos desafios.

Pontos extras ao final do jogo.

9. Condições de Vitória

O jogo termina quando um jogador vence todos os desafios da Trilha de Resistência e possui ao menos um (1) local sagrado ativo.

Se todos os locais forem destruídos, o jogador é eliminado.

O vencedor é aquele que equilibrou espiritualidade, preservação e sabedoria.

10. Aspectos Educativos e Lúdicos

Educação Cultural

Cartas com descrições reais da tradição indígena de São Miguel.

Transmissão de saberes sobre fauna, flora e espiritualidade.

Preservação Ambiental

Discussões sobre os impactos do desmatamento, mineração e invasões culturais.

Conexão Espiritual

Rituais baseados em práticas reais com explicações culturais.

Bônus de sabedoria ao usar rituais de forma respeitosa.

Inclusão

Representação autêntica da cultura indígena Caetes de Barreiros - PE.

Promove empatia, respeito e valorização da ancestralidade.

11. Dicas Estratégicas

Use rituais com personagens certos para bônus.

Não jogue todas as cartas de uma vez - guarde para desafios mais difíceis.

Proteja seus locais sagrados, eles são fontes de força contínua.

Cooperação entre cartas é mais eficaz do que a força isolada.

Aspectos Educativos e Lúdicos:

- Educação Cultural: Os jogadores aprendem sobre as tradições, rituais e o modo de vida da aldeia de São Miguel.
- Lúdico e Engajador: As mecânicas de jogo tornam a experiência interativa, ajudando os jogadores a valorizar a preservação e a importância dos recursos naturais e espirituais.
- Conexão com o Ancestral: Cada carta inclui uma breve explicação sobre a relevância cultural e espiritual de cada personagem, ritual ou animal, promovendo a compreensão dos valores indígenas de forma acessível e divertida.

6. APLICAÇÃO DO PRODUTO

A aplicação do jogo de cartas baseado na cultura e nas histórias do povoado de São Miguel oferece uma inovação significativa no Ensino da História e da Cultura Indígena nas escolas. Este produto diferencia ao proporcionar a experiência lúdica e interativa que vai além da abordagem tradicional de ensino, sendo uma ferramenta inovadora para estimular o interesse dos alunos e aprofundar sua compreensão sobre os povos indígenas de maneira envolvente.

O uso de cartas e mecânicas de jogo que envolvem estratégia e narrativa permite que os alunos aprendam de forma ativa, participando diretamente na construção do conhecimento. Por ser inspirado em formato popular, o jogo oferece familiaridade e engajamento, ao mesmo tempo, introduz conteúdos educativos. Cada carta, com seus personagens, rituais e desafios, transmite conceitos importantes da cultura indígena, como a conexão com a natureza, a espiritualidade e a luta pela preservação de suas tradições.

Na prática, o jogo pode ser aplicado em sala de aula de diferentes formas, podendo ser utilizado em atividades interdisciplinares que envolvem História, Geografia, Sociologia, mesmo disciplinas relacionadas à Ecologia e Meio Ambiente. O professor pode utilizar o jogo como ferramenta para revisar conteúdos após as aulas, ou parte de projeto maior sobre culturas indígenas. Além disso, o jogo pode ser adaptado para competições ou torneios escolares, incentivando o trabalho em equipe, a colaboração e o pensamento crítico.

A inovação também reside no fato de que o produto oferece flexibilidade na aplicação. O jogo pode ser adaptado a diferentes níveis de ensino, ajustando a complexidade das regras e das cartas conforme a faixa etária dos alunos. O mesmo formato pode ser utilizado para abordar outras culturas indígenas ou temas relacionados à Preservação Ambiental e Direitos Humanos, o que amplia sua aplicabilidade, principalmente naquilo que refere à importância de ensinar

sobre essa cultura e ancestralidade ao seu próprio povo.

Por fim, o caráter inovador do produto reside na maneira de aproximar os alunos da cultura indígena de forma mais imersiva e respeitosa. Ao utilizar elementos culturais reais do povo de São Miguel, o jogo promove a valorização das tradições e histórias indígenas, incentivando os alunos a refletir sobre a importância da diversidade cultural e preservação dos saberes ancestrais. Essa abordagem quebra a rigidez do ensino tradicional e coloca os alunos no centro do processo de aprendizagem, transformando o ato de aprender em experiência significativa e inovadora enquanto ferramenta importante ao ensino da disciplina, ao estimular o aprendizado de forma lúdica e interativa. Eles permitem que os alunos se envolvam ativamente no processo de aprendizagem, tornando-se protagonistas na construção do conhecimento histórico. Além disso, os jogos favorecem a reflexão crítica, pois possibilitam a simulação de eventos, a exploração de múltiplas perspectivas e o desenvolvimento do pensamento estratégico.

Dessa forma, seu uso no Ensino de História amplia as possibilidades didáticas, tornando o aprendizado dinâmico e significativo, enquanto fonte e objeto no Ensino de História. De acordo com Marcello Paniz Giacomoni e Lucas Victor Silva, explorar o uso de jogos como ferramentas pedagógicas no Ensino de História é importante porque eles conseguem tornar o aprendizado mais envolvente e dinâmico, algo essencial especialmente nas gerações atuais, cada vez mais conectadas ao mundo digital e acostumadas com estímulos rápidos e interativos (Giacomoni; Silva, 2021, p. 27).

Ao integrar jogos no processo educativo, pode-se transformar conteúdos teóricos em experiências práticas e divertidas, facilitando a compreensão de conceitos complexos, tais como a História e a Cultura de diferentes povos. Os autores discutem como os jogos podem servir como fontes históricas e objetos de estudo, oferecendo a abordagem lúdica e interativa voltada ao aprendizado. Embora o artigo não concentre especificamente nos povos originários, destaca a importância de integrar diferentes perspectivas culturais e históricas no ensino, o que pode incluir a valorização das culturas indígenas,

Para as gerações atuais, acostumadas à gamificação no cotidiano, usar jogos no ensino não é apenas uma forma de tornar as aulas mais atraentes, mas de alinhar as metodologias pedagógicas ao contexto cultural e tecnológico contemporâneo. Além de promover a educação mais inclusiva e criativa, os jogos oferecem uma maneira de conectar o conhecimento tradicional com as novas formas de aprender, tornando o ensino mais relevante para o mundo

de hoje.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar a escrita, destaque para a importância de integrar de forma efetiva e inovadora a Cultura Indígena no currículo escolar. Este estudo abordou a necessidade crucial de criar um ambiente educacional que não apenas inclua, mas celebre e respeite a diversidade cultural dos povos indígenas. A pesquisa evidenciou que a inclusão de temas indígenas no Ensino Fundamental II é estrutural para promover uma educação mais equitativa e representativa, enriquecendo a formação dos alunos com perspectiva ampla e diversificada.

A discussão do tema revelou que a eficácia da Educação Indígena depende da adoção de práticas pedagógicas que respeitem e incorporem as tradições e saberes dos povos indígenas. A análise das metodologias e conceitos fundamentais, como a narrativa oral e a cosmovisão indígena, permitiu uma compreensão mais profunda de como esses elementos podem ser integrados no ambiente escolar. A utilização de métodos que respeitem essas tradições é essencial para garantir que o ensino seja não apenas informativo, mas significativo e relevante para os alunos. No desenvolvimento do jogo de cartas baseado na temática indígena, especificamente inspirada nos Caetés, foi necessário recorrer a elementos de fantasia e misticismo devido à escassez de informações históricas detalhadas sobre esse povo.

A cosmovisão indígena, que inclui a relação com a natureza, os mitos e as forças espirituais é uma característica central das culturas indígenas, sendo adaptada para o jogo de maneira simbólica. Segundo Viveiros de Castro, a cosmovisão indígena é fundamentada na relação entre os seres humanos e o mundo natural, onde a natureza é vista como um espaço habitado por entidades espirituais e seres mitológicos que influenciam a vida cotidiana (2010 p. 49). Para representar essa visão de mundo, o jogo incorpora cartas que representam elementos da natureza tais como animais, plantas e rios, que possuem significados espirituais, refletindo a conexão profunda que os povos indígenas mantêm com o ambiente natural. Além disso, o uso de mitos e lendas de outras culturas indígenas, como as histórias de seres sobrenaturais e deuses, permite que a narrativa do jogo se mantenha fiel à temática indígena sem distorcer a essência dessa visão de mundo.

A narrativa oral, fundamental para a transmissão de conhecimentos e valores nas comunidades indígenas, também foi integrada ao jogo por meio de cartas que representam figuras

de liderança, representadas nos anciãos e xamãs, que detêm a sabedoria ancestral e guiam as ações dos jogadores. Para Dussel, a educação indígena, fundamentada na oralidade, é um processo de aprendizagem que envolve a transmissão de conhecimentos por meio de histórias, mitos e ensinamentos passados de geração em geração (2000, p. 37). Dessa forma, o jogo inclui cartas que simbolizam rituais e cerimônias, momentos de passagem e celebração, essenciais na cultura indígena. A ideia de resistência, tanto cultural quanto espiritual, também é abordada no jogo, refletindo a luta dos povos indígenas pela preservação de sua identidade e defesa de seus direitos, como aponta Almeida (2008 p. 62), que destaca a importância da resistência indígena contra a imposição de culturas externas. Assim, o jogo não apenas utiliza elementos fantásticos, mas também busca respeitar e representar aspectos centrais da cosmovisão indígena, como a conexão com a natureza, os mitos, a liderança e os rituais, adaptados para criar uma experiência lúdica e educativa.

A inovação na aplicação prática, exemplificada pela criação de um jogo educativo, demonstra como métodos interativos e lúdicos podem transformar a Educação sobre a Cultura Indígena. O jogo, ao oferecer a abordagem dinâmica e envolvente, facilita o aprendizado dos alunos e promove o maior engajamento com o conteúdo. Essa abordagem inovadora oferece uma maneira eficaz de tornar o ensino mais acessível e impactante, permitindo que os alunos vivenciem e compreendam a cultura indígena de forma prática e divertida.

Para além, a aplicação desses métodos inovadores tem o potencial de criar um impacto duradouro na forma como a História e as Tradições Indígenas são percebidas e valorizadas pelos alunos. Ao integrar a cultura indígena de maneira respeitosa e envolvente, o ensino contribui para a formação de uma geração mais consciente e apreciativa da diversidade cultural. Essa transformação no processo educacional não só enriquece o conhecimento dos alunos, mas promove a maior compreensão e respeito pelos povos indígenas, suas tradições.

Hoje, a luta indígena ecoa com as mesmas questões fundamentais de Território, Identidade e Autonomia. A necessidade de se reconhecer e valorizar a História e a Cultura Indígena nas escolas brasileiras é uma extensão dessa luta, que ainda carece ser plenamente compreendida e respeitada. A resistência, que outrora se manifestava nas florestas e aldeias, agora, se traduz na batalha por uma educação que seja participativa, contextualizada e verdadeiramente inclusiva.

A história de resistência indígena, passada e presente, não é apenas uma trajetória de luta; é uma história de vitória. É a história de um povo que, apesar de tudo, nunca desistiu de

sua terra, de sua cultura, de sua identidade. E é essa mesma força, essa mesma perseverança, que inspira a continuar lutando por um Brasil que reconheça e valorize a contribuição inestimável dos povos indígenas. Que essa luta, que atravessa as eras, continue a nos guiar rumo a um futuro em que todas as culturas floresçam em plena harmonia, onde o passado é honrado, o presente é respeitado, e o futuro é construído por todos, para todos.

É natural enfatizar a importância de adotar abordagens educacionais que respeitem e integrem a diversidade cultural indígena. A implementação de práticas inovadoras e respeitadas no ensino não só fomenta a qualidade da educação, mas contribui para a construção da sociedade mais inclusiva e culturalmente consciente. A integração eficaz desses métodos no currículo escolar oferece oportunidade valiosa para transformar o ensino e promover um aprendizado significativo que celebra e valoriza a riqueza cultural dos povos indígenas.

A Educação Indígena no Brasil, sobretudo a partir da Constituição de 1988 e dos avanços legislativos posteriores, tais como a Lei 11.645/2008, que torna obrigatória a inclusão da História e Cultura Indígena no currículo oficial das escolas, representa um marco na valorização e reconhecimento dos saberes ancestrais e da diversidade cultural do País. Estes avanços legislativos são frutos da luta e reivindicações do movimento indígena, que historicamente defendeu seu direito à autonomia e preservação de sua cultura. Conforme destaca Hely Silva, “a inserção dos temas indígenas na educação formal é uma vitória do movimento indígena e da sociedade brasileira, que busca resgatar e celebrar a pluralidade cultural como base para uma educação emancipatória”.

O Ensino da História Indígena representa a oportunidade não apenas de enriquecer o currículo escolar, mas questionar e ampliar as concepções sobre a própria formação do Brasil. Autores como Darcy Ribeiro e Ailton Krenak enfatizam a importância de integrar a cosmovisão indígena, as narrativas orais e os conhecimentos tradicionais para construir um entendimento mais completo e respeitoso sobre o território brasileiro e seus povos originários. Segundo Krenak, a educação que considera esses saberes “não só proporciona uma compreensão mais ampla da realidade, mas também desafia os alunos a repensar sua própria relação com a natureza e a sociedade”

Além disso, o Ensino da História Indígena permite aos alunos conhecer a resistência e as lutas que os povos indígenas têm empreendido ao longo dos séculos pela preservação de sua identidade e territórios. Essa perspectiva histórica crítica é fundamental para desconstruir preconceitos e criar uma compreensão mais empática e informada sobre os povos indígenas.

Kaká Werá Jecupé reforça que “o conhecimento indígena tem muito a ensinar sobre resiliência, equilíbrio e respeito à vida em todas as suas formas”. Incluir essas lições na educação escolar é uma maneira de formar cidadãos mais conscientes e preparados para construir a sociedade diversa e justa.

Ao integrar elementos tais como o jogo educativo, mencionado nesse estudo, que simula a cultura indígena e promove a aprendizagem por meio da interação, é possível proporcionar o ensino que vai além dos livros e da sala de aula tradicional. Este tipo de atividade prática, que dialoga diretamente com a metodologia indígena de transmitir conhecimento, promove impacto profundo e duradouro aos alunos, favorecendo o entendimento mais dinâmico e genuíno da cultura indígena. Como destaca Luisa T. Wittmann, “a aprendizagem se torna mais significativa quando o estudante vivencia e experimenta a cultura indígena ativamente, saindo do campo da teoria e entrando no da prática”.

Em síntese, a integração dos saberes e práticas indígenas no currículo escolar é uma ferramenta poderosa para enriquecer a educação e fortalecer o respeito pela diversidade cultural do Brasil. Esse processo representa não apenas uma forma de inclusão, mas um movimento transformador que celebra a resistência e a riqueza dos povos indígenas. A continuidade dessa luta e a aplicação de metodologias inovadoras refletem o compromisso com um Brasil mais justo, onde o passado e a ancestralidade são honrados, o presente é um espaço de respeito e inclusão, e o futuro se constrói com base no reconhecimento e valorização de todas as culturas que compõem a Nação.

Durante a experiência enquanto docente no Colégio de São José, tive a oportunidade de aplicar jogos didáticos como estratégia de ensino nos anos finais do Ensino Fundamental, incluindo o meu próprio jogo, produto do mestrado sobre o qual afirmo a total eficiência. O uso desses jogos proporcionou um avanço significativo na forma como os alunos absorvem os conteúdos e olham as tradições. Especialmente em disciplinas tais como História e Geografia, que podem ser desafiadoras. Ao introduzir jogos educativos, observou-se aumento no engajamento dos estudantes, que passaram a interessar aprofundadamente pelo aprendizado, pois o jogo tornou ferramenta divertida e interativa para explorar temas complexos tais como as culturas indígenas e os processos históricos.

Para além, os jogos permitiram que os alunos desenvolvessem habilidades como o trabalho em equipe, a tomada de decisão e o pensamento crítico, ao mesmo tempo em que facilitavam a compreensão dos conteúdos. A cada aula, o aprendizado mais fluido e natural, foi

observado, com os alunos não apenas retendo as informações, mas interessando por discutir e aplicar o assunto aprendido. Essa experiência mostrou como o jogo pode ser uma poderosa ferramenta pedagógica, tornando o processo de ensino-aprendizagem mais eficaz e significativo para as gerações atuais.

Assim, a educação indígena nas escolas, ao fundamentar em práticas respeitadas e inclusivas, revela ser notório que inúmeras escolas, públicas ou privadas, não trazem em seu cerne o arcabouço nativo como prioridade, tampouco, forma e

conscientiza, sendo necessário reavivar essa identidade ancestral para o não esquecimento do que diz Ailton Krenak, que o futuro é ancestral, torna-se lógico ser através dele que as raízes dos antepassados serão encontradas. Ao encontrar esses conceitos perdidos diminuirão as diferenças, criando um caminho para construção de um futuro onde a diversidade cultural floresça, sendo vista como um pilar essencial para a sociedade verdadeiramente integrada e consciente.

8. BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Sônia de. **A educação indígena no Brasil: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade, 2008.
- ALMEIDA, S. **O protagonismo indígena na construção de políticas educacionais diferenciadas**. In: Silva, M. (Org.), *Educação e Diversidade Cultural no Brasil*. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica. 2015, p. 123-140.
- ANDRADE, L. E. A. de. **Povos indígenas, mapeamentos participativos e política de gestão territorial: o caso do semiárido brasileiro**. *Vivência: Revista de Antropologia*, [S. l.], v. 1, n. 52, 2019.
- BANIWA, G. **Educação Escolar Indígena no Brasil: avanços, limites e novas perspectivas**. 2011.
- BANIWA, G. (2013). **Descolonizar o saber: a escola indígena e o fortalecimento das culturas tradicionais**. *Revista de História e Historiografia da Educação*.
- CALEFFI, Paula. **"O que é ser índio hoje?" A questão indígena na América**. *Revista Fronteiras & Debates*, Macapá, v. 2, n. 1, p. 149-163, jan./jun. 2015.
- COELHO, Mauro Cezar. **A construção de uma lei: o Diretório dos índios**. In: *Revista de Estudos do Discurso*, São Paulo, n. 1, jun. 2010.
- CARNEIRO, SUELI. **Dispositivo de Racialidade: A Construção do Outro como Não-Ser como Fundamento do Ser**. 2005.
- DUSSEL, Enrique. **A educação e a filosofia na modernidade**. São Paulo: Editora Cortez, 2000.
- FERREIRA, L. M. **São Miguel de Barreiros: uma aldeia indígena no império**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco. 2006.
- FREIRE, J. R. B.; Silva, A. P. dá. (2019). **Dez anos depois: o voo do passarinho, a sabedoria do beija-flor**. *Cadernos CEDES*, 39 (109).
- GIACOMONI, MARCELLO PANIZ; SILVA, LUCAS VICTOR. **O jogo como fonte e objeto no ensino de história**. In: ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet. **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. 2ª ed. São Leopoldo: Oikos, 2021.
- JECUPÉ, Kaká Werá. **A terra dos mil povos: história indígena do Brasil contada por um professor**. São Paulo: Contexto, 2016.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 2011, p. 15.

- KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LOPES, DANIELLE BASTOS; FREIRE, JOSÉ RIBAMAR BESSA. **História e culturas indígenas na educação: etnicidade, diferença e os 10 anos da Lei nº 11.645/2008**. Cadernos CEDES, v. 39, n. 109. 2019, p. 269-274.
- MELIÀ, B. (1979). **Educação Indígena e Alfabetização**. 1979.
- MELIÀ, B. (1988). **El Guaraní Conquistado y Reducido: Ensayos de Etnohistoria**. Asunción: Centro de Estudios Paraguaios Antonio Guasch.
- MELIÀ, Bartomeu. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: Ministério da Educação, 1998.
- MUNDO EDUCAÇÃO. (n.d.). **Jesuítas: chegada, ações e expulsão do Brasil**.
- MUNDURUKU, D. **O professor deve se perguntar: qual é o indígena que mora dentro de mim?** 2013.
- MUNDURUKU, D. **Educação para a desconstrução de preconceitos: a importância da formação continuada de professores**. 2016.
- MUNDURUKU, D. (2018). **A literatura indígena e sua relevância para o ensino crítico nas escolas brasileiras**. 2018.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. **A presença indígena na formação do Brasil**. In: Revista USP, n. 42, 1999.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. **O Nativo na Cena Contemporânea**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999.
- PALITOT, Estevão Martins; ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre dos Santos. **Relatório de viagem - Índios do Nordeste (AL, PE, PB)**. LACED/UFRJ, 2002.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **A formação do Brasil contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização - A integração das populações indígenas no Brasil moderno**. 8ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SILVA, José Alessandro Cândido da. **Políticas educacionais para povos indígenas no Brasil**:

avanços e desafios. Cadernos de Pesquisa, v. 49, n. 174, p. 34-51, 2019.

SILVA, Edson Hely. **A resistência indígena no Brasil Imperial.** São Paulo: Editora Histórica, 2022.

SILVA, Edson Hely. **Educação indígena e a construção de identidades: desafios contemporâneos.** Rio de Janeiro: Editora Acadêmica, 2024.

SILVA, E. H. **Os povos indígenas e o ensino: reconhecendo as sociodiversidades nos currículos com a Lei 11.645.** In: Rosa, A.; Barros, N. (Orgs.). **Ensino e pesquisa na Educação Básica: abordagens teóricas e metodológicas.** Recife: EDUFPE. 2017, p. 75-87.

SODRÉ, MUNIZ. **Reinventando a Educação: Diversidade, Descolonização e Redes.** Petrópolis: Vozes, 2012.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem.** São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WITTMANN, Luisa T. **Ensino (d)e história indígena.** 1ª ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015.

LISTAGEM DOS ACERVOS E FONTES

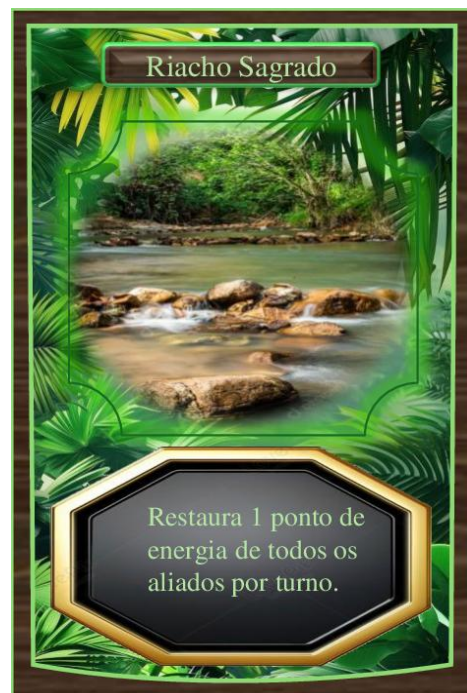
Acervo Municipal de Barreiros: foram pesquisados documentos históricos, livros e registros que abordam a História local, incluindo informações sobre os Caetés. A exemplo, a obra *Breve História do Município de Barreiros - PE*, de Ruy de Ayres Bello, publicada em 1984, que oferece *insights* sobre a formação do Município e a presença indígena na região, mesmo tendo parte destruída devido à enchente de 2010.

Acervo Didático do Colégio de São José: Os livros didáticos utilizados pela instituição contêm capítulos dedicados à História Indígena de Pernambuco, por mais que simples e escassos.

Biblioteca Central do Município de Barreiros: Este espaço possui acervo diversificado que inclui livros, periódicos e documentos sobre a História Regional, e obras tais como *Memórias de um Professor*, de Ruy de Ayres Bello, publicada em 1982,

IBGE - Mapas e Demografia: O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística disponibiliza mapas históricos e dados demográficos que viabilizaram a compreensão da distribuição e presença dos Caetés na região de Barreiros. A exemplo, *Atlas Histórico do Brasil* (IBGE) que ofereceu mapas ilustrativos da ocupação territorial ao longo do tempo.

1. APÊNDICE



Cada carta exerce uma função específica definida pela cor e seu atributo:

- Azul para rituais
- Roxas para invasores
- Vermelhas para desafios
- Verde Claro para locais sagrados e guerreiros
- Verde Escuro para animais de combate